



## Anuário Antropológico

v.37 n.2 | 2012  
2012/v.37 n.2

---

### Nada dá certo

Pequenos quadros controversos de geopolítica do coelho

*Nothing works: short controversial frames of rabbit geopolitics*

Lucienne Strivay et Catherine Mougenot

Traducteur : Túlio Lourenço do Amaral

---



#### Édition électronique

URL : <http://journals.openedition.org/aa/190>

DOI : 10.4000/aa.190

ISSN : 2357-738X

#### Éditeur

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

#### Édition imprimée

Date de publication : 1 décembre 2012

Pagination : 135-158

ISSN : 0102-4302

#### Référence électronique

Lucienne Strivay et Catherine Mougenot, « Nada dá certo », *Anuário Antropológico* [En ligne], v.37 n.2 | 2012, mis en ligne le 18 octobre 2013, consulté le 28 avril 2021. URL : <http://journals.openedition.org/aa/190> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/aa.190>

---



*Anuário Antropológico* is licensed under a Creative Commons Atribuição-Usos Não-Comerciais-Proibição de Realização de Obras Derivadas 4.0 International.

## **Nada dá certo: Pequenos quadros controversos de geopolítica do coelho**

Lucienne Strivay e Catherine Mougenot  
Universidade de Liège

Tradução: Túlio Lourenço do Amaral

### **Bricolagens do vivo**

Os homens sempre e por toda parte fizeram alguma coisa sobre ou com a “natureza”. Mas as questões não são as mesmas em todos os lugares. Há muito empirismo e bricolagem em empreendimentos cujo sucesso não é nada evidente, mas que, se os olharmos de perto, agregam há muito tempo receitas populares, fórmulas de tecnociências e surpresas que os seres vivos reservam.

Desde o fim dos anos 90, o lince ibérico está gravemente ameaçado de extinção, ao passo que, décadas antes, 5.000 deles ainda povoavam as zonas montanhosas da Espanha e de Portugal. Ele não sobrevive mais, a não ser em Andaluzia, nos bosques da Sierra Andúja e no Parque Nacional de Doñana. Vítima da caça excessiva ou da degradação do meio ambiente, sem dúvida. Mas, principalmente, mortos de fome! Entretanto, a refeição cotidiana de um lince é um coelho, e a Espanha é a terra natal do coelho, de onde ele nunca pôde e nem quis sair. Ele está perdido a 500 metros de sua toca!

Entretanto, o coelho está em falta: para a águia-de-bonelli, o gato selvagem, o abutre, o milhafre real, o busardo... e o lince. Para salvar esse felino (o primeiro que viria a desaparecer desde o tigre-dente-de-sabre, há 10.000 anos), seus defensores espanhóis (35 pessoas) empenham em grande medida suas habilidades e sua paixão. Atualmente, eles contam com um dos mais caros programas de proteção financiados pela Europa. Em 10 anos, a população de lincos ibéricos quase dobrou, alcançando hoje aproximadamente 300 indivíduos. O animal ameaçado foi introduzido no lugar exato onde suas presas são sempre abundantes: quatro a cinco coelhos por hectare. Na realidade, são necessários em torno de cinco a seis por hectare para garantir a sobrevivência do felino ameaçado. Portanto, o coelho também foi reintroduzido, seja o de origem selvagem

ou o domesticado, mas previamente vacinado. De forma mais específica, ele é “servido” com regularidade às famílias de lince provisoriamente retidas em recintos antes de sua reintrodução. É indispensável reeducá-los em uma selva-geria elementar, que lhes permitirá capturar o que lhes for preciso para comer. Os coelhos de criação são oferecidos aos lince bebês, e os coelhos selvagens, àqueles que se mostram mais aptos a capturar e matar suas presas. E, a fim de fazer os gatos selvagens fixarem residência, ou seja, de salvaguardá-los nas zonas mesmas onde eles são reintroduzidos, “os recintos de coelhos” lhes são também oferecidos como supermercados de alimentos.

“Se uma iniciativa é coroada de sucesso, ela terá, diz-se, valor de exemplo para o futuro” (360°- GÉO [Arte samedi 13/10]).

Este não é senão um paradoxo em meio a outros. Seguindo-os, descobrimos não apenas como as histórias de animais e de pessoas se conectam, mas também como elas são apreendidas pelos pesquisadores – com suas questões, seus modos de conceber e colocar as relações com a natureza, suas maneiras de trabalhar e, de certa forma, seu estilo... Essas controvérsias não são divergências particulares sustentadas por estudiosos no espaço confinado de seus laboratórios. Observam-se disputas especializadas e leigas que se sucedem, se interpelam, se interpenetram, se sobrepõem, se ampliam e que, às vezes, se resolvem legalmente, em outras, não aguardam uma decisão coletiva previsível, ou por vezes se ignoram.

E como sempre ocorre com o coelho, não estamos na continuidade nem na homogeneidade, mas na desordem, naquilo que está “em elaboração”... Para se recuperar o lince ibérico, deve-se reintroduzir o coelho. Para agir sobre uma espécie, deve-se combinar, associar, reunir, desconstruir, cercar, coordenar, sem um controle perfeito, quaisquer que sejam as vigilâncias consideradas. Sempre ou quase sempre nas telas dos seres vivos alguém ou alguma coisa vagueia sem que tenhamos podido realmente prever. Nós o/a veremos brotar do nada ao longo desta narrativa.

Esses tipos de empreendimentos de reintrodução se multiplicam um pouco por toda parte. Notavelmente, eles se revelam tão problemáticos de serem conduzidos quanto os planos de introdução de espécies exógenas. Eles afetam todo tipo de animal e de planta e participam de uma bricolagem do ser humano que o analogismo e o naturalismo ocidentais praticam desde longa data. Pelo interesse da caça, pela diversificação da criação e da alimentação, pela ciência, pela beleza, aclimata-se e desloca-se sem limites. Entre proliferação e forte relutância, os sujeitos não se adaptam aos formatos dos destinos que lhes são previstos.

Para combater a energia proliferante do coelho, os habitantes das ilhas Baleares imploraram a Júlio César que lhes enviasse uma legião! A *furetage*<sup>1</sup> foi

também iniciada há aproximadamente 2000 anos, a ponto de transformar o furão em animal doméstico, incapaz de sobreviver sem a ajuda dos humanos. Depois de 70 anos de esforços para implantar o coelho na Austrália e na Nova Zelândia, suas populações aumentaram bruscamente, e foram lançados à sua procura raposas, doninhas, arminhos, mangustos, tudo o que podia triturá-los. Sem produzir resultados realmente evidentes, tais animais vieram a aumentar as fileiras de espécies introduzidas e começaram, eles também, a proliferar de maneira indevida.

As coisas raramente se passam como foram previstas. A raposa (*Vulpes vulpes*), empurrada, como o coelho, por diversas vezes pelos caçadores desde a metade do século XIX, passou a ser encontrada com frequência em um habitat de pastos abertos e de vegetação mais densa. As populações de pequenos e médios marsupiais e os pássaros que fazem seus ninhos no solo supriam assim seu cardápio, que a abundância de coelhos eventualmente completava. Com o apoio ativo dos homens, as raposas vermelhas se espalharam como o fogo, com a velocidade média de 160 km por ano. Sua adaptabilidade levou-as até a se aventurarem nos espaços desérticos, quando a propensão do clima o permitia. Também podemos encontrá-las hoje em dia ao largo, em 18 ilhas ao menos. Em vários lugares, elas aproveitaram o território abandonado pelos dingos (presentes há 5000 anos), vítimas de uma caça impiedosa. Evidentemente, por um tempo, sua pele foi comercializada, mas seu impacto sobre os rebanhos (os cordeiros recém-nascidos, em particular), sobre as criações de aves e, sobretudo, a ameaça que representam para a fauna nativa acabaram por suscitar uma política de gestão emergencial, sustentada por sucessivas experimentações (Saunders, Gentle & Dickman, 2010).

Como o coelho, a raposa é fugidia... sabemos bem. E não faz necessariamente o que esperamos dela. No Chile, também se contava com as raposas para manterem os coelhos europeus em um nível aceitável, porém as raposas nativas não apreciaram essa nova presa introduzida recentemente. Na Austrália, onde sua expansão foi documentada de maneira minuciosa por naturalistas locais, jornalistas e outros estudiosos, os novos agenciamentos heterogêneos de predadores estabeleceram entre eles equilíbrios revelados hoje por constatações pragmáticas e por uma observação mais sistemática, demasiado longa para ser detalhada aqui. Nós nos limitaremos a dizer que o dingo pode conter a expansão das raposas, mas que os gatos selvagens se apoderam de seu nicho alimentar logo que são eliminados os dois caninos. E estamos considerando apenas a predação direta ou a competição, sem levar em conta, por exemplo, a propagação de parasitas e de doenças. Sem dúvida, a situação poderia ter sido mais complicada se a introdução do mangusto como agente de controle biológico não tivesse fracassado (Peacock & Abbott, 2010).

De fato, o sucesso que a implantação, em 1872, do pequeno mangusto indiano (*Herpestes auropunctatus*) teve na Jamaica – contra os ratos dos campos de cana-de-açúcar – havia chamado a atenção principalmente dos australianos. As primeiras importações de mangustos, além de seu uso como animal de estimação (1855), visavam sobretudo a um controle potencial das serpentes, juntamente com o divertimento e as apostas que a organização de combates entre serpentes e mangustos suscitavam. Mas a partir de 1883-84, é o controle da população irremediável de coelhos que se deseja confiar-lhes. Optou-se então preferencialmente pelo maior da família: *Herpestes edwardsii* (pesando entre 890 e 1790 g).

Entretanto, apesar de sucessivas operações, o mangusto não se estabeleceu, sem que se pudesse associar tal fracasso às duas principais causas habitualmente evocadas: a falta de diversidade genética ou a quase inexistência de correspondências climáticas. Hoje em dia, a conclusão que se impõe relaciona diretamente a sucumbência dos mangustos à reação dos caçadores de coelhos. Já se sabia que eles calculavam suas capturas para não esgotar os recursos (Loir, 1893). É provável que eles tenham capturado os mangustos, tanto de forma acidental quanto de maneira mais sistemática, para preservar seu modo de vida – uma profissão muito lucrativa, de retornos quase excêntricos para homens que jamais haviam ganhado tanto. Não resta, evidentemente, nenhum traço explícito que possa atestar a validade da hipótese, que nos possibilitaria supor sobre o que poderia ter ocorrido com a biodiversidade em caso de êxito dos mangustos!

A história nos conta assim uma multiplicidade de soluções às vezes bem sucedidas, mas que com muita frequência deixam seus geniais inventores serem ultrapassados por suas próprias soluções que, regularmente, subestimaram os jogos de interdependência entre os seres vivos. E não foram percebidas, além disso, as reações das populações autóctones, com seus sistemas de identificação. Assim, sempre se ignorou, até pouco tempo atrás, a maneira como as populações aborígenes, tão fortemente conectadas ao lugar, à flora e à fauna locais, reagem vis-à-vis às espécies introduzidas. Os raros estudos realizados até o momento por etnólogos na Austrália confirmam a consciência dessas populações em relação à ameaça de alteração que as espécies *whitefella* representam. Mas sabemos também que alguns desses animais foram integrados ao regime cosmológico indígena (Rose, 2005; Trigger, 2008; Franklin, 2009; Blaser, 2012).

Assim, o búfalo, no oeste e no norte (Terra de Arnhem) é visto como um animal nativo. Ele foi nomeado, incorporado ao universo intelectual, espiritual e social dos seres que constituem a terra e integrado nas figurações de um *Dreaming* particular, como o gato, ao que parece. Este exemplo mostra as respostas generosas, complexas, criativas, de reconfiguração do mundo “natural”

que, por vezes, foram dadas às espécies introduzidas. Um espaço cultural de reconhecimento pode lhes ser atribuído, associando-os a outros projetos. Em relação ao coelho, não dispomos de nenhuma informação deste tipo, exceto que ele foi incluído nos cardápios comuns. Mas essa ignorância resulta de um duplo desinteresse: o que consiste em tomar a Austrália como uma terra desprovida da presença de seres humanos antes da colonização e o que nos leva a relegar animais como o coelho à insignificância.

### **A ecologia animal, um novo cruzamento**

No fim do século XIX, os deslocamentos de espécies se acentuam. Ao redor do mundo várias pessoas passaram a praticá-los: colonos, marinheiros, monges agricultores, criadores, militares, incentivados pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, do comércio mundial e pela especulação recente sobre as mercadorias vivas. Múltiplas trajetórias que também poderão contar com os recursos da ecologia que surgia. As relações interespecíficas, que por muito tempo foram esquematizadas por alguns homens, são apreendidas por um novo olhar: deixa-se a taxonomia, uma perspectiva “simples” de identificação das espécies, para procurar compreender suas interações, dinâmicas e funções. Isto se traduz em um interesse crescente pela predação, que tem sido o modo de relação mais manifesto entre as populações animais.

Os predadores coevoluem com suas presas. E assim a história conservou o famoso exemplo da lebre da América e do lince do Canadá, que se regulam mutuamente na Baía de Hudson. Os dados são fornecidos pelos caçadores da Companhia da Baía de Hudson (nascida da rivalidade entre França e Inglaterra pelo comércio de peles e pela colonização da América do Norte). Eles mostram que os predadores prosperam quando há muitas presas, mas acabam por esgotar seus recursos e declinam. Quando a população de predadores diminui o bastante, as presas aproveitam essa trégua para se reproduzir e sua população cresce novamente. Uma caça sem fim, prolongando-se nos escritos dos pesquisadores através de um quadro representando duas curvas oscilantes que se perseguem... ao infinito...

Em finais do século XIX e no início do século XX, falou-se muito de ecologia aplicada. Atualmente, enquanto o *prêt-à-penser* incita a associação quase espontânea entre ecologia e objeção ao crescimento, temos certa dificuldade em imaginar que o começo de uma ecologia animal estivesse tão vinculado às questões econômicas e, no entanto... Nos Estados Unidos, foi criado em 1905 o Bureau of Biological Survey, que se empenha em estudos científicos, mas também se especializa na destruição de animais “selvagens” e “nocivos” (os dois termos parecem se equivaler). Na Austrália, o Conselho pela Ciência e Indústria foi

criado em 1916. Ele se ampliou rapidamente com a pesquisa voltada à agricultura e à criação e com a luta contra as pragas (surgiu também um departamento dedicado à vida selvagem, em 1949). Este órgão se tornou depois o CSIRO (Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation). Na França, o Institut Pasteur, centrado na questão da saúde humana, realiza de maneira menos conhecida algumas dessas missões.

Em 1930, Aldo Léopold publica obra intitulada *Le contrôle du gibier* (O controle dos animais de caça), em que explicita que “o ambiente é um conjunto de recursos naturais que devem ser organizados de maneira apropriada para responder às necessidades da sociedade” (Worster, 1992). Em 1932, foi a vez da fundação em Cambridge, por Charles Elton, do Departamento das Populações Animais. Elton já havia se destacado em 1927 pela publicação de *Animal ecology*. Ele é frequentemente designado como o pai da ecologia animal. Sua proposta é teórica, mas ele se mostra também um ardente fomentador da pesquisa de campo. Patrocinado pela Universidade de Cambridge, mas também pelo Conselho de Pesquisa Agrícola, ele se propõe como meta aplicar a diferentes espécies os mesmos métodos quantitativos. Para ele, a função principal do Departamento é proporcionar “maiores conhecimentos sobre as flutuações das populações de animais selvagens, com um interesse particular pelas doenças e seus fatores causadores” (Crowcroft, 1991).

Durante seus primeiros anos, o Departamento criado por Elton estudou sucessivamente o coelho da neve canadense, o lince, também canadense, o castor, o lemingue, o coelho, o esquilo cinzento e o esquilo vermelho, a ratazana, o rato do campo – espécies cujo valor econômico da pele é inegável, assim como seus impactos sobre nossas próprias atividades agrícolas e florestais. Ao mesmo tempo, no Canadá, por exemplo, homens do campo, como Archibald Belaney (também chamado Grey Owl), apoiado pelos Parques Nacionais, já lançava alertas sobre a população de castores, cujo risco de desaparecimento, por modificação humana do ambiente, L. H. Morgan havia anunciado desde 1868. Contudo, não obstante seu objetivo comum – o conhecimento da vida social dos animais destinados à produção de pele e de seu papel no sistema ecológico – as duas fontes de uma ecologia emergente sem dúvida se ignoravam reciprocamente.

Nos diferentes projetos de levantamento a respeito das populações animais, os caçadores e utilizadores de armadilhas contribuíram ativamente para as aquisições de conhecimentos que poderíamos qualificar como modernos. A mobilização e a contagem de suas capturas se revelaram de imediato como uma maneira de resolver, ao menos parcialmente, um problema crucial apontado por Elton: diferentes das plantas, os animais se escondem ou fogem quando procuramos capturá-los e/ou contá-los. Tal dificuldade ainda subsiste e é objeto de pesquisas

metodológicas (Marchandeu *et al.*, 2004). Quais índices de abundância podem exprimir com precisão o tamanho das populações? Quais são seus benefícios recíprocos e seus limites? Esta é uma dupla questão. Os dados coletados estão na base de todas as hipóteses teóricas e, para os pesquisadores que os manipulam, servem como experimentações. Mais ainda, eles possibilitam ser dispensados, para propor modelos teóricos baseados em sua sistematização. Compreende-se melhor então a missão recorrentemente expressada: obter mais financiamento para acumular e ampliar as séries de dados. Mas, ao mesmo tempo, sua interpretação é a base de qualquer proposição de gestão dessas populações animais, para aumentá-las ou, ao contrário, regulá-las. Numa palavra, para controlá-las.

Mas enquanto os pesquisadores se esforçam para detectar a presença de animais da maneira que lhes parece a mais confiável, estes a cada dia reinventam sistemas de esconderijos, fugas e escapatórias. Eles são, como diz Jean-Christophe Bailly (2012), “la mobilité par laquelle la vie s’éprouve”. E todas as nossas tentativas de primeiro nomeá-los e depois quantificá-los nos deixam sempre incapazes de encontrá-los.

### **A mixomatose, um veneno “vivo”**

Abundância ou escassez. Também na prática, o número é crucial. Na Austrália, como sabemos, foi com muito custo que se importou o coelho europeu (*Oryctolagus cuniculus*). Ele acabou se acomodando aos vastos espaços, tornando-se menor e mais voraz do que em suas terras de origem. Ele rói as ervas até a raiz, destruindo qualquer traço de vegetação. Para lutar contra ele, Louis Pasteur preconizará a utilização de um “veneno vivo”. Um veneno que poderia se multiplicar como sua espécie-alvo, ou seja, com uma facilidade surpreendente. O princípio da luta biológica reside no controle de um ser vivo por outro ser vivo. Esta ideia não é exatamente científica. Ela pôde ocorrer a jardineiros e caçadores. Na China, a luta biológica foi praticada desde muitos milênios atrás (Acot, 1998; Deléage, 2010). São feixes de interesses e trajetórias que fazem com que o acaso da descoberta de um vírus mortal para o nosso coelho o leve ao centro de uma atualidade científica e agrônômica... mundial. Trata-se, na verdade, de um processo que não é mero acaso, e que explicita os numerosos deslocamentos do coelho europeu, assim como a co-habitação entre suas modalidades de existência selvagens e domésticas.

Giuseppe Sanarelli, antigo aluno de Pasteur, fundou o Instituto de Higiene Experimental da Universidade de Montevideo. Em 1886, ele identificou um vírus (mixoma de Sanarelli) que provocou uma doença mortal em seus animais de laboratório, os coelhos. Esta doença inusitada atinge de maneira cíclica as



criações brasileiras e argentinas, entretanto, sem provocar a morte dos animais. Em 1942, foi posto em evidência esse reservatório natural do vírus: os primos americanos *Sylvilagus brasiliensis* e *Sylvilagus floridanus* são seus portadores saudáveis, mas infligem ao coelho europeu uma contaminação fulminante.

É então que a história do coelho selvagem se cruza de modo decisivo com a das tecnociências, da ecologia aplicada que acabava de ser descoberta. As trajetórias vão se cruzar e se multiplicar... Em 1918, Henrique de Beaupaire Aragão, um pesquisador brasileiro, recomenda a utilização da mixomatose na luta biológica a ser realizada contra o coelho, mas, em Melbourne, o professor Harry Allen estima que as informações que concernem às interações entre o vírus e as outras espécies são insuficientes. Também na Austrália, o recém-criado Instituto de Pesquisa Científica e Industrial insiste, por sua vez, para que se apressem, ao passo que os produtores de carne de coelho se opõem formalmente.

Nos anos 20, Aragão faz experimentos de difusão da doença em locais de teste, mas sem sucesso (Fenner & Ross, 1994). Entrementes, ainda na Austrália, nos anos 30, novas tentativas são feitas. Paralelamente, entre 1934 e 35, experiências foram conduzidas por um pesquisador australiano em Cambridge. Em 1936 e 37, mais uma tentativa no País de Galles, na ilha de Estocolmo. Nesse mesmo período, fracassa uma experiência em uma ilha dinamarquesa, assim como na Suécia em 1938 (Siriez, 1957). Fora do laboratório, o vírus resiste a ser instalado “artificialmente”. Sabe-se hoje em dia que numerosos fatores são capazes de contribuir para a propagação da mixomatose (Mouchet Jobert, 1984): a presença de insetos vetores, a chuva, a temperatura, os ventos... um conjunto de elementos variáveis, que podem se aliar contra o temperamento caseiro do coelho.

Os vírus são puxados, empurrados, contrariados pelos elementos naturais – eles hesitam. Os cientistas também hesitam, puxados, empurrados, contrariados pelas forças econômicas e sociais. Mas no início dos anos 1950, a catástrofe (versão coelho) que conhecemos... estoura. Enquanto a doença é testada novamente em locais de experimentação na Austrália, ela extravasa a zona de quarentena a uma velocidade inesperada e provoca até 99% de mortalidade entre os coelhos. Pego de surpresa, o diretor geral de Saúde pôde apenas estabelecer algumas medidas de precaução em torno dos laboratórios que abrigam experiências visando produzir uma vacina para proteger os coelhos de criação.

Na França, os pesquisadores do Institut Pasteur também detêm o vírus, mas o caráter fulminante da doença os inibe de tentar uma experimentação *in situ*. Porém, de sua parte, o doutor Paul Armand-Delille, pediatra, professor, membro da Academia de Medicina, se exaspera com as calamidades que os coelhos multiplicam em sua propriedade em Eure-et-Loir. Ele solta ali dois animais infectados,

e o vírus – com a ajuda das pulgas e dos mosquitos, naturalmente saltadores – se espalha de maneira “fulminante”. Rapidamente, e por fatores “mal determinados” (Rivé, 1981), o conjunto do território francês é invadido, depois a Bélgica, a Holanda, a Itália, enfim, toda a Europa continental. De fato, a evolução errática da doença não pode ocultar o comércio de coelhos mixomatosos vendidos a partir de 1.000 (antigos) francos franceses (Siriez, 1957). A Justiça intervém e instaura-se um processo famoso. Em apoio a Delille, os comitês agrícolas e os sindicatos dos proprietários rurais se opõem aos representantes dos caçadores e dos produtores de peles. Delille é condenado, o que não o impede de ser duplamente premiado, pela “Silvicultura e a Agricultura agradecidas”.

Do outro lado da Mancha, são também muitos os que sonham com um mundo sem coelhos! É sem surpresa que em 1953 diversas ocorrências da doença são identificadas em zonas muito distantes umas das outras. Logo, as ações públicas, no mínimo contraditórias, se engajam. De um lado, elas visam conter o tráfico de animais infectados, colocando-os sob a força de uma condenação. Mas, desejando também “aproveitar” a situação para se desvencilhar definitivamente dos coelhos, o Ministério da Agricultura intensifica a luta, através de incitações financeiras para a sua destruição (Sheail, 1991). Os animais morrem de maneira assustadora. As reformas administrativas e os programas científicos se sucedem, e contam com o benefício de uma cobertura midiática enorme. Na Inglaterra, há um verdadeiro drama nacional em torno do coelho (Bartrip, 2007). O primeiro ministro Churchill se posiciona contra a crueldade feita aos animais, apoiando publicamente a Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals. Um comportamento muito popular, mas criticado ferozmente pelo Ministério da Agricultura e da Pesca, apoiado pelo das Florestas. Estes veem a mixomatose como um modo de libertar a agricultura de uma peste que anos de controle não conseguiram erradicar.

É uma clivagem radical que não fica só no discurso pois, enquanto os defensores da agricultura deslocam os coelhos infectados, os partidários do animal os espalham, e eles, progressivamente, adquirem uma imunidade contra o vírus. Na Europa, o caso desencadeou protestos: de um lado, agricultores e proprietários florestais reunidos e, de outro, os *countrymen* (na Inglaterra), caçadores e todos os atores implicados no comércio de pele e de carne, assim como os defensores dos animais e as populações urbanas. Familiarizados com o coelho de pequena criação, estes últimos não podem tolerar a destruição massiva de um animal cuja modalidade primeira de existência parece ser a gentileza. O tom do debate sobe e desvela uma nova questão sobre a “boa” maneira de infligir uma morte “humana” a um animal “selvagem” (Kean, 2002; Bartrip, 2007). No final dos anos 1950 – mas este poderia ser o caso ainda hoje em dia – os poderes

públicos pareciam verdadeiramente desnorteados, ambivalentes em suas tomadas de posição em face da proliferação dos coelhos, passando sucessivamente da prevenção à ação, da conciliação à condenação.

### **A VHD, luta biológica contra o coelho (suíte)**

Para os inimigos do coelho, outro combate se apresenta com a identificação de um novo vírus que leva os coelhos a nocaute (abatimento intenso, convulsões, dificuldades respiratórias). A VHD (*Viral Haemorrhagic Disease*), descoberta na China em 1984, pode matar entre 80 e 100% das populações em alguns dias. Na Austrália, os gestores rapidamente veem nela a perspectiva de uma nova arma biológica – proposta à qual, por sua vez, opõe-se um grupo heterogêneo de atores: as redes de criação industrial, as associações voltadas para a saúde humana, os naturalistas e as associações que defendem o bem-estar animal (Landström, 2001). Seus argumentos são rapidamente rejeitados e, em 1994, o governo australiano aprova que os testes sejam feitos em um espaço confinado, em uma ilha. Entretanto, apesar das severas medidas de controle em torno dos testes, coelhos infectados são encontrados fora do local e, em pouco tempo, no próprio continente, a uma distância de 350 km. A ação dos ventos, conjugada com a dos insetos, fornece uma explicação plausível para a disseminação da nova doença do coelho (Hayes & Richardson, 2001). Porém, rapidamente, o governo reconhece a VHD como instrumento legal, a ser combinado com os outros meios de luta.

Semelhante à mixomatose, o impacto da VHD sobre os territórios seria desigual. Mais uma vez os animais resistem e, rapidamente, a nova patologia toma formas atenuadas ou crônicas. Na Austrália, estes dois organismos foram sucessivamente convertidos em “ferramentas”. Tornados instrumentos, eles não foram tão desvinculados de sua “natureza” de ser vivo e do dinamismo pouco previsível que sempre os conduz. Para evitar a baixa inesperada de sua eficácia, duas espécies de pulgas de coelho foram por sua vez introduzidas, a fim de cumprirem o papel de vetor das duas doenças. Na atualidade, o CSIRO se interessa pela possibilidade de modificar geneticamente o vírus da mixomatose e de provocar a esterilização dos coelhos, ou então pela possibilidade de modificar geneticamente um tripanossomo (*Sylopsyllus cuniculi*), introduzido de forma involuntária em 1968 junto com a primeira pulga de coelho. Como ele se mostrou inofensivo para as espécies nativas, a ideia seria modificá-lo geneticamente para torná-lo a base de uma nova luta biológica.

Por sua vez, a Nova Zelândia também possui uma história singular, merecedora de toda a nossa atenção. Os danos causados pelo animal são aqui tão lendários quanto na Austrália, o que justificou as várias leis instituídas sucessivamente.

Nesse período, o comércio da pele de coelho foi taxado até ser interdito (Flux, 1997). Na Nova Zelândia, coelho bom é coelho morto, com exceção dos retidos em zoológicos e centros de pesquisa. Considerando a situação “sob controle”, o dossiê foi confiado aos Conselhos regionais, que decidiram, em 1990, suprimir o suporte financeiro das ações de luta. O resultado imediato foi que os agricultores, exasperados pelas novas despesas que deveriam assumir, solicitaram a possibilidade de utilizar a VHD como ferramenta de luta biológica. Pelo que sabemos, este foi o único caso em que um pedido de tal ordem foi objeto de um referendo, que provocou um debate tempestuoso (O’Hara, 2006).

Os cidadãos ficaram estarelecidos com as incertezas científicas, com o fato de que a origem da doença permanecia desconhecida, os modos de propagação e os riscos incertos (Thompson, 1994) e com a irreversibilidade de tal decisão. Eles se pronunciaram contra a introdução da VHD. Entretanto, a partir desse momento, animais infectados foram descobertos em locais muito distantes uns dos outros. Somando-se à propagação rápida da doença, não houve nenhuma dúvida de que se tratava de uma ação coletiva. Colocam-se então as seguintes questões: os fazendeiros neozelandeses, decididos a resolver por si mesmos seus problemas, devem ser considerados bioterroristas prontos a moer corpos de coelhos infectados em sua cozinha, para em seguida dispersar suas iscas “caseiras” (Davis & Demelo, 2003)? Seriam eles indivíduos racionais, abertos aos novos métodos propostos pelas biotecnologias, eficazes e “humanos” (Henning *et al.*, 2005)? Ou são, por sua vez, um grupo de profissionais que se consideram esquecidos pelos seus representantes e incompreendidos pelos seus concidadãos (O’Hara, 2006)?

### **Reintrodução / vacinação**

Na Europa, ao que parece, os coelhos permaneceram tão chocados com a difusão clandestina da mixomatose quanto os humanos. No início dos anos 90, é possível que apenas uma difusão passiva da VHD tenha sido responsável pela propagação do vírus. Ela, aliás, veio acompanhada de inquietos rumores. Na Itália, o vírus se manifestou em 1986 e foi inicialmente associado ao material radioativo de Tchernobyl. No mesmo ano, na França, a primeira manifestação nos maciços florestais da alta Saône foi relacionada às disseminações de pesticidas (Barbier, 2009). Os pesquisadores se apressaram em estudar a resistência dos coelhos à doença e uma vacina foi rapidamente produzida.

Nas criações, a situação se encontra, segundo a expressão consagrada, “sob controle”. Mas uma vacina na natureza? As dificuldades aumentam pelo fato de o produto produzir efeitos temporários e de ele presumir a captura dos animais para aplicar-lhes a injeção. Durante certo tempo, as coisas permaneceram como

estavam: a doença presente sob uma forma cíclica, como é também o caso da mixomatose. A agitação retornou, entretanto, com a aparição de novas cepas virais em 2010. Como sempre, a mesma questão se faz presente: a variante do vírus proviria de uma evolução não patogênica jamais detectada até então? Foi passada ao coelho por intermédio de outra espécie? A “ultrapassagem de barreiras” interespecíficas é sempre origem de uma profunda ansiedade entre os homens, mas desta vez nenhum elemento permite que se privilegie uma ou outra destas hipóteses (Marchandeu *et al.*, 2011).

Todas estas questões vêm se juntar a um renovado questionamento sobre o coelho, pois hoje em dia há um fenômeno sobre o qual pouco se fala, mas que é, entretanto, certo: suas populações têm destinos muito desiguais na Europa. Regularmente incriminadas em certas zonas de grandes culturas, em aeroportos, em jardins, elas estão largamente em declínio no oeste e no sul da França até Portugal, como também na Grã-Bretanha e na Suíça, e ainda na Espanha, de onde são originários. Nos últimos 30 anos, a baixa das populações nesses locais foi em média de 70%, às vezes de 90% (Vigos *et al.*, 2007).

O que aconteceu então? O coelho europeu resistiu bem à mixomatose, que se tornou menos virulenta e cíclica. Ele resiste à VHD através de um processo análogo. Mas a destruição dos seus habitats, das zonas onde eles cavam, se alimentam e repousam os afeta tanto quanto, se não mais. As culturas intensivas, a do milho, por exemplo, a concentração de explorações agrícolas, o nivelamento das sebes... são meios cada vez mais hostis a cercá-los. Todos estes fatores se reforçam em uma espiral infernal: o enfraquecimento das populações de coelho e a fragmentação de seus habitats aumentam o impacto das doenças virais (Marchandeu *et al.*, 2007).

O coelho arranha, cava, pasta... Por isso, ele se tornou inimigo público nº 1 em certas regiões do mundo. Em contrapartida, não há mais dúvida de que ele participa largamente da gestão dos pequenos mundos vegetais, que ele contribui para a fabricação de um mosaico de plantas baixas e esparsas, e também para fertilidade dos solos ou para a dispersão de sementes. Ele cumpre um papel primordial na manutenção de ecossistemas típicos, nas regiões mediterrâneas de onde é originário, mas também na Grã-Bretanha e no norte da Europa, onde foi introduzido há quase 1000 anos (Lee & Bell, 2008; Ertz, 1998). Como dissemos no começo, ele representa mais de 85% da alimentação do lince à beira da extinção (Ferrer & Negro, 2004). E, mais amplamente, ele é a presa favorita de um grande número de predadores nativos: a águia de Bonelli, o gato selvagem, o abutre, o milhafre real, o busardo etc.

O coelho declina, torna-se grande fonte de inquietude para os ecologistas e

os naturalistas, que veem nele uma “espécie-chave”, pois ele faz parte ativa da rede de interdependência, cumprindo um papel primordial na manutenção, na organização e na diversidade da sua comunidade ecológica. Entretanto, curiosamente, a ideia de atribuir um estatuto de espécie vulnerável a um animal tão modesto e familiar tem algo de incongruente (Vigos *et al.*, 2007). Mas, por outro lado, o coelho também faz uma grande falta a todos os que fizeram de sua caça uma pequena festa, que reuniu gerações de populações rurais no mesmo prazer gastronômico – práticas que exigiam uma grande experiência e eram aprendidas no seio de redes de sociabilidades familiares (Ménateau, 2002).

E é então que percebemos que Jeannot<sup>2</sup> deixa um grande vazio... Ele foi erigido patrimônio vivo pelos caçadores e naturalistas, apesar de estes não partilharem as mesmas ideias.

Por sua vez, os pesquisadores se confrontam com uma questão crucial: por que os animais se reinstalam com tanta dificuldade em lugares onde sempre estiveram? (Letty *et al.*, 2006). Sejam franceses ou espanhóis, eles podem apenas se interrogar, mesmo que estejam cercados de métodos científicos modernos: balizas e rastreamentos genéticos. Estes se juntam aos conhecimentos, às ferramentas e aos gestos que os caçadores nunca cessaram de praticar. Isto porque a introdução do coelho, a elaboração de coelheiras “artificiais” (Radot & Léphine, 1953) sempre existiram, inclusive em departamentos onde o animal tinha o estatuto de “nocivo”, o que tornava essas práticas completamente ilegais (Rogers *et al.*, 1994).

Muito de empirismo e bricolagem para um empreendimento cujo sucesso não é nada evidente. Essa estratégia de “restocking” não é realmente poderosa e sua eficácia completamente relativa é difícil de mensurar e explicar, observam os pesquisadores. Por quê? “O repovoamento consiste em uma perturbação na vida dos indivíduos” (Letty & al., 2006). Esta afirmação sugere que a grande maioria dos coelhos soltos jamais foi vista. Alguns desses, rastreados, comprovam que eles vão, vêm e se dispersam em uma movimentação errática. Uma vergonha em se tratando de animais que não se distanciam de suas tocas! A predação é também posta em causa, mas antes de tudo ela mascara uma forma importante de *stress*: os indivíduos ansiosos se deixam capturar mais facilmente. De fato, um completo desequilíbrio caracteriza essa chegada em terra desconhecida, essa novidade de um território no qual os coelhos não sabem nem onde se abrigar, nem onde se alimentar e são também submetidos a uma competição com os “antigos residentes”. O triste destino desses animais se agrava ainda mais por razões sanitárias, exposição a vírus ou parasitas desconhecidos... Por fim, o sucesso da reintrodução não pode ser mensurado pela sobrevivência do animal em si, mas sim por sua reprodução. E aqui também as análises genéticas apresentam resultados insuficientes.

As instruções para a reintrodução de coelhos são, contudo, precisas. Elas sugerem que se escolha um meio de acolhimento hospitaleiro, que se julguem as qualidades do habitat, mas também o acordo dos agricultores vizinhos (em caso de prejuízos eventuais) e os riscos relacionados à predação (eliminá-los na medida do possível). Deve-se construir uma rede artificial de coelheiras (a ser mantida) e, em seguida, capturar os indivíduos, selvagens ou não, optando prioritariamente pelos jovens; vaciná-los, alimentá-los, livrá-los de seus parasitas, marcá-los. E, finalmente, libertá-los em uma bela manhã de verão, de preferência em grupos de cinco a dez... Resumidamente: “criação” de animais e “jardinagem” do meio são as recomendações norteadoras (Letty *et al.*, 2006), complementadas por uma suspensão da caça na zona de libertação durante um ano ou menos.

Jeannot está hoje em uma paisagem – uma paisagem de laboratórios e de programas de pesquisas. Na França, o Office Nationale de la Chasse et de la Faune Sauvage se associou recentemente a diversas equipes científicas que trabalham ativamente com metodologias de reintrodução, com o diagnóstico dos habitats, com a resistência às duas principais doenças, logo, com a possibilidade de selecionar as linhagens de animais que lhes serão resistentes e também com possíveis vacinações (Guitton & Marchandeu, 2007).

Esta última perspectiva é normalmente apresentada como “a” solução. A expressão é enigmática e nos leva em linha direta a uma controvérsia recente, que se espalha por todos os lados na Internet, opondo o ONCFS (Office National de la Chasse et de la Faune Sauvage) e a Association Nationale des Chasseurs de Lapins et de Défense des Chasses Traditionnelles (esta, na realidade, está presente em quatro departamentos do sudoeste francês). A Anclactra tem uma história curiosa, pois foi constituída em 1974 para combater a “leniência” das autoridades em face da mixomatose. Ela vai, de fato, participar ativamente na luta contra a doença. Em 1976, há a produção de uma vacina por um professor da escola veterinária de Toulouse, membro da associação. Em 1977, o desenvolvimento de um pó a ser pulverizado sobre os terrenos para desparasitá-los. Em 1980, os membros da Anclactra introduzem na França o *Sylvilagus floridanus*, primo americano do nosso coelho, insensível à mixomatose (uma ação condenada pelo Conselho da Europa em 1985). E, com a chegada da VHD, a associação criou ainda um laboratório privado, financiado pelas cotas dos seus membros. Logo, os trabalhos de bioespço se especializam na produção de insetos: as pulgas dependentes do coelho são pressentidas como “seringas vivas”, ou seja, como bons vetores para vacinas a serem disseminadas na natureza, sem a necessidade da captura de animais.

Entrementes, as animosidades se acirram entre a Anclactra e o ONCFS. As autoridades prometem soluções eficazes para proteger os coelhos das duas

doenças virais que os atacam. Esforços insuficientes, segundo a associação, que de sua parte pena para financiar seu laboratório privado. Uma solução para este problema consistirá então em realocar uma parte das atividades na China. Assim, desde 2010, o novo laboratório experimenta uma vacina recombinante (um OGM) contra a mixomatose e a VHD, que seja transmissível pelas pulgas. Mas, para finalmente poder curar os coelhos, essa vacina deveria ainda ser testada *in situ* e receber uma Autorização de Introdução no Mercado (a ser fornecida pela Europa). Ela exigirá que a origem francesa dos insetos picadores seja comprovada, que sua dependência específica do coelho possa ser demonstrada, assim como a completa estabilidade da vacina (Guitton & Marchandeu, 2007).

A vacinação é “a” solução? Esta não é uma ideia compartilhada pelos pesquisadores do ONCFC, que trabalham em estreita interação com as Fédérations Départementales de Chasse diferentes das que a Anclactra reúne. Eles observam pontualmente que as populações de coelhos são hoje prósperas, mesmo sem terem sido objeto de campanhas de vacinação. E que, inversamente, nos habitats degradados, não são as doenças que são em princípio responsáveis pelo declínio dos animais. Em geral, para eles, a vacina não será realmente eficaz, a não ser que fortaleça de forma durável as populações. Seu novo modo de administração via insetos-“seringas” depende de etapas que estão longe de ser realizadas. E o processo poderia, ao fim, deixar as populações ainda mais vulneráveis às doenças. Compreende-se então, segundo eles, que o retorno do coelho não virá de uma situação milagrosa, mas antes de uma ação “coerente” que acionaria diversas alavancas conectadas umas às outras (Marchandeu *et al.*, 2008).

Por sua vez, os gestores da caça espanhola puseram fim às suas buscas pela vacina recombinante, por diferentes razões, com a prioridade dada ao fato de que o coelho é sempre localmente proliferante e que os agricultores continuam a manifestar sua exasperação. A situação parece ainda mais corrosiva quando ela envolve os produtores de “orgânicos”, como um grupo de jovens horticultores na entrada de Madri, para os quais as autoridades consentem tão somente o deslocamento, revoltados com a presença desses animais. Quanto a eles, se acomodariam bem num campo livre de terrenos baldios e a salvo da presença dos coelhos, e também de raposas e javalis. Atualmente, há um novo acordo franco-espanhol que admite que nenhuma “boa” solução pode surgir sem a participação dos agricultores, pois estes não costumam gostar da ideia de uma solução que protegeria os coelhos de forma irreversível. Além do mais, murmura-se também que não é eticamente responsável desenvolver aqui remédios tão sofisticados que poderiam provocar uma catástrofe lá, ou seja, em outras regiões do mundo.



### As linhas e os sonhos

“É irônico pensar que hoje nós somos, simultaneamente, incapazes de conservar espécies nos ambientes de onde são nativas e incapazes de eliminá-las dos ambientes onde as introduzimos. Ainda que saibamos tudo [ou creiamos tudo saber] sobre sua biologia e sua história natural” (Simberloff *apud* Lee & Bell, 2008:314).

Não há nenhuma categoria clara nessas histórias, nenhum equilíbrio. Somente seres vivos que se evitam, cruzam-se, colidem-se, transformam-se, misturam-se, sobrepõem-se. Trajetórias que perseguem cada qual uma linha, um sonho, quaisquer que sejam o local e o momento. E com ambições tão grandes e desejos tão violentos! Mas nenhum deve ser considerado isoladamente, nenhuma configuração é de fato fechada.

Os seres (todos os seres) precisam ser instaurados e nenhum tem substância sem esse trabalho de construção (Souriau, 2009). As controvérsias são constantemente percebidas como crises, como momentos a superar, a apagar. Mas, para nós, são antes de tudo maneiras de realizar esses grandes trabalhos de ordenamento. Nós buscamos algum ponto de sustentação, tentamos nos apoiar em clivagens conhecidas, eternas mesmo, em fortes dicotomias, mas estas desaparecem de imediato, mal começemos a interrogar de que são feitos seus territórios, suas composições, suas sucessões...

A primeira ideia deste texto era interrogar sobre os conhecimentos científicos e sobre as maneiras como eles tomaram o comando dos nossos destinos, em etapas que queríamos claras e distintas. Entretanto, já de imediato, o assunto se turva, pois histórias dos coelhos perturbam as habituais categorias de especialistas e de leigos. Vimos, de fato, como os cientistas se apossaram de um sonho que frequentemente atormentou boa parte dos seres humanos, a saber, fabricar uma natureza à sua medida, à medida de suas atividades. Uma ambição que também sempre flertou com a desmedida, esta que a ciência deseja delimitar através de seu método, em números e em palavras. As introduções, as reintroduções, as lutas biológicas são sonhos de aprendiz de feiticeiro, pois se valem da proliferação dos seres para proteger ou se proteger dos seres, o que não é uma questão menor (o vazio jurídico envolvendo as eventuais demandas de autorizações relativas às vacinas recombinantes a serem difundidas na natureza é um dos exemplos mais recentes disto).

Ao fim do século XIX, a luta biológica, entretanto, levou os pesquisadores a trabalhar, ofertando aos gestores agrícolas e florestais seus conhecimentos emergentes, assim como suas perplexidades. Com isso, eles colaboraram voluntariamente no fabrico de usinas de madeira, no desenvolvimento de monoculturas ditas “industriais”? Tal questão não tem sentido. O que mais nos importa aqui é

sublinhar como os especialistas e os leigos puderam se interessar mutuamente, conjugar suas questões e suas práticas em relações cambiantes, emaranhadas, mas que não são, porém, desfeitas com o tempo.

Uma observação que nos compele a recair noutra clichê: os estudiosos não são políticos, eles não participam das ações, mesmo quando estas últimas são manipuladas por ou graças aos seus conhecimentos. Desde Max Weber, o clichê tem vida dura, mas não é mais que um clichê, como Weber mesmo reconheceu (Micoud, 2007). E ele também divide severamente os cientistas entre si. Atesta-o o debate atual que tratou das espécies ditas “invasoras” (categoria na qual o coelho esteve alocado). Um artigo a respeito disto, recentemente publicado na revista *Nature*, causou muita discussão (Davis *et al.*, 2011): “Não julgue as espécies em função de sua origem”, argumenta aqui um consórcio de 18 ecologistas, mas consideremos detidamente esses conjuntos improvisados, esses ecossistemas híbridos que os humanos nunca cessaram de bricolar. Abandonemos a dicotomia espécies nativas/não nativas, separação para a qual os trabalhos de Charles Elton contribuíram amplamente, a ponto de torná-la, nos anos 1990, uma disciplina de pleno direito.

Ao invés disso, dizem aqueles pesquisadores, adotemos um enfoque pragmático e dinâmico, mais em conformidade com o nosso planeta em constante transformação, levando em conta os benefícios que as espécies não nativas podem também garantir. Mas, tratando-se de uma questão controversa, nós devemos observar que tal ponto de vista não é unânime no mundo científico. Por exemplo: segundo dois pesquisadores espanhóis, é conveniente gerir as espécies não nativas sem esperar que seus impactos negativos sejam demonstrados (Edelaar & Tella, 2012). Saber agir ou saber esperar... O recente debate sobre a ocasião de vacinar ou não os coelhos selvagens mostra a que ponto a questão escapa à dicotomia habitual – ao invés disso, ela diz respeito aos modos e às razões, aos períodos e aos locais. E ela traça clivagens e proximidades que ainda estão a ser elucidadas através do tempo e também do espaço.

Por que devemos, hoje em dia, assegurar-nos de que a recusa da irreversibilidade seja uma qualidade a ser atribuída às doenças que poderíamos introduzir, a título de luta biológica, tanto quanto às maneiras de nos protegermos delas? Por que é necessário, hoje em dia, cuidar do bem-estar desses animais que seriam sacrificados para o bem daqueles? E por que devemos levar em conta simultaneamente os interesses dos diferentes atores implicados na gestão dos seres vivos? Tais interrogações recentes não são em si mesmas melhores do que as precedentes, mas elas traduzem novas formas de distanciamento ou engajamento em relação aos seres humanos ou não humanos. Elas levantam

questões profundamente integrantes: que concepções temos sobre o nosso lugar e o nosso papel? De quais ações são encarregados os não humanos, por quais comunicações? Quais partes do mundo são necessárias à sua integridade? Quais saberes e quais conjuntos conceituais oriundos das “ecoantropologias” tradicionais (ou autóctones) podem entrar em diálogo profundo com nossos paradigmas e nossas perplexidades, de maneiras diferentes de uma pilhagem de dados, apoiando-se em formas de heterogeneidades que a ciência ocidental continua a cultivar como constantes desafios (Rose, 2005)?

Para nós, estas interrogações indubitavelmente ratificam a observação de Donna Haraway (2008:41): “Nenhuma resposta é certa, nem por muito tempo satisfatória”.

Recebido em 10/11/2012

Aceito em 16/11/2012

**Lucienne Strivay** leciona antropologia da natureza na universidade de Liège e na universidade católica de Louvain. Ela publicou *Enfants sauvages. Approches anthropologiques* (Paris: Gallimard, Bibliothèque des Sciences Humaines, 2006) e, com Catherine Mougenot, *Le pire ami de l’homme. De la garenne à la guerre biologique*, (Paris: La Découverte, Les empêcheurs de penser en rond, 2011). Ela também prefaciou a primeira tradução francesa de *Castor américain et ses ouvrages*, de Lewis H. Morgan (1868) para Presses du Réel (Dijon, 2010).

**Catherine Mougenot** é socióloga, vinculada ao Département des Sciences et gestion de l’environnement de l’université de Liège (campus de Arlon). Ela publicou *Prendre soin de la nature ordinaire* (Paris: Maison des Sciences de l’Homme, INRA, 2003) e, mais recentemente, *Raconter le paysage de la recherche* (Paris: Quae ed., 2011). Por fim, com Lucienne Strivay, *Le pire ami de l’homme. De la garenne à la guerre biologique* (Paris: La Découverte, Les empêcheurs de penser en rond, 2011).

## Notas

1. Hábito difundido na Europa de caça aos coelhos com a utilização do furão, doninha, em francês, *foret*. (Nota do trad.).

2. Jeannot, o coelho, é uma conhecida personagem de histórias infantis na França, inclusive em desenhos animados. Ele surge inicialmente no conto da escritora Beatrix Potter, em 1904 (N. do trad.).

## Referências bibliográficas

- ACOT, P. 1988. *Histoire de l'écologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- BAILLY, J-C. 2012. "Hors Pistes, performance, Paris, Centre Pompidou". Disponível em: [www.dailymotion.com/.../xoyhh9\\_hors-pistes-2012-p](http://www.dailymotion.com/.../xoyhh9_hors-pistes-2012-p).
- BARNIER, M. 2009. "*Principales viroses des nouveaux animaux de compagnie (NAC)*": *furet, lapins et rongeurs*. Tese de Doutorado, École Vétérinaire d'Alfort.
- BARTRIP, P.W.J. 2007. "Myxomatosis in 1950s Britain". *Twentieth Century British History*, 6:3-23.
- BLASER, M. 2012. "Ontology and Indegeneity: on the political ontology of heterogeneous assemblages". *Cultural Geographies*, publicado online em 4/10/2012. Disponível em: <http://cgj.sagepub.com>.
- DAVIS, M. *et al.* 2011. "Don't judge Species on their Origins". *Nature*, v. 474:153-154.
- DAVIS, S. & DEMELO, M. 2003. *Stories Rabbit Tell. A Natural and Cultural History of a Misunderstood Creature*. New York: Lanter Books.
- DELÉAGE, J.-P. 2010. *Histoire de l'écologie, une science de l'homme et de la nature*. Paris: La Découverte.
- EDELAAR, P. & TELLA, J.L. 2012. "Managing non-native species: don't wait until their impacts are proven". *IBIS – International Journal of Avian Science*, v. 154, Issue 3:635-637. Disponível em: [onlinelibrary.wiley.com](http://onlinelibrary.wiley.com).
- ELTON, Charles S. 1927. *Animal Ecology*. New York: McMillan & Co.
- ERTZ, D. 1998. "Le petit nacré (*Issoria lathonia*) sur les terrains calaminaires de l'est de la Belgique: données nouvelles sur l'écologie, l'éthologie et la chorologie de l'espèce. Réflexions sur la gestion des sites calaminaires et l'impact des lapins". *Natura Mosana*, 51 (1):12-24.
- FAGES, M.-P. 2007. *Identification d'un nouveau variant pathogène du virus de la maladie hémorragique virale du lapin (RHDV)*. Tese de Doutorado, École Nationale Vétérinaire de Toulouse.
- FENNER, F. & ROSS, J. 1994. "Myxomatosis". In: Thompson, H. V. & King, C. M. (eds). *The European Rabbit. The history and biology of a successful colonizer*. Oxford: Oxford University Press. pp. 205-40.
- FERRER, M. & NEGRO, J.J. 2004. "The nears extinction of two large European predators: super specialists pay a price". *Conservation Biology*, 12 (2):344-349.

- FLUX, John. 1997. "Status of rabbits (*Oryctolagus cuniculus*) and hares (*Lepus europeus*) in New Zealand". *Gibier, Faune Sauvage*, 14 (3):267-279.
- FRANKLIN, Adrian. 2011. "An improper Nature? Introduced Animals and 'Species Cleansing'". In: B. Carter & N. Charles (eds.). *Human and Other Animals: Critical Perspectives*. London: Palgrave Macmillan. pp. 195-216.
- GIBB, J. & WILLIAMS, M. 1994. "The rabbit in New-Zealand". In: H.V. Thompson & C. King (dirs.). *The European Rabbit. The History and Biology of a successful Colonizer*. Oxford: Oxford University Press. pp. 158-204.
- GUITTON, J.S. & MARCHANDEAU, S. 2007. "Vaccination des lapins de garenne en nature: où en sont les recherches?". *Faune Sauvage*, 276:38-45.
- HARAWAY, Donna. 2007. *When Species Meet*. Minneapolis e Saint Paul: University of Minnesota Press.
- HAYES, R. & RICHARDSON, B. 2001. "Biological control of the rabbit in Australia: lessons not learned?". *Trends in microbiology*, 9(9):459-60.
- HENNING, J. *et al.* 2005. "Attitudes of New Zealand farmers to methods used to control wild rabbits". *Preventive Veterinary Medicine*, 67:171-194.
- KEAN, H. 2002. "Imaging rabbits and squirrels in the English countryside". *Society & Animals*, 9 (2):163-174.
- LANDSTRÖM, C. 2001. "The Australian rabbit calicivirus disease program. A story about technoscience and culture". *Social Studies of Science*, 31:912-949.
- LEES, Alexander C. & BELL, Diana J. 2008. "A Conservation Paradox for the 21st Century: the European wild Rabbit *Oryctolagus cuniculus*, an invasive Alien and an endangered Native Species". *Mammal Review*, v. 38, n. 4:304-320.
- Le sauvetage du Lynx ibérique. Allemagne. 2011. 360°- GÉO [Arte samedi 13/10].
- LEOPOLD, Aldo. 1986 [1933]. *Game Management*. Charles Scribner's Sons. Madison: University of Wisconsin Press.
- LETTY, J. *et al.* 2006. "Repeuplements de lapins de garenne: enseignements des suivis par radio-pistage". *Faune Sauvage*, 274:76-88.
- LOIR, Adrien. 1893. "Les lapins en Australie". *La Nature*, 1055:186-188.
- MARCHANDEAU, S. *et al.* 2011. "Histo-Blood Group Antigens Act as Attachment

Factors of Rabbit Hemorrhagic Disease Virus Infection in a Virus Strain-Dependent Manner”. *PLOS Pathogens*, v. 7-8:1-22.

\_\_\_\_\_. 2008. “Improving Rabbit Restocking Success: A Review of Field Experiments in France”. *Lagomorph Biology*, 5:327-348.

\_\_\_\_\_. 2007. “Problems encountered by individuals in animal translocations: lessons from field studies”. *Ecoscience*, 14 (4):420-431.

MÉNANTEAU, L. 2002. “La chasse dans l’estuaire de la Loire : traditions et ruralités réinventées dans le contexte de la métropolisation Nantes/Saint-Nazaire”. *Rapport ONFCS*. Disponível em: <culture.gouv.fr>.

MICOUD, A. 2007. “Lectures: la Science, profession et vocation, suivi de Leçons wébériennes sur la science et la propagande, Max Weber, Isabelle Kalinowski”. *Natures Sciences Sociétés*, 15:447-449.

O’HARA, P. 2006. “The illegal introduction of rabbit haemorrhagic disease virus in New Zealand”. *Rev. Sci. Tech. Off. Epiz.*, 25 (1):199-223.

PEACOCK, David & ABBOTT, Ian. 2010. “The Mongoose in Australia: failed introduction of a biological control agent”. *Australian Journal of Zoology*, CSIRO Publishing, 58:205-227.

RADOT, Ch. & LÉPINE, P. 1953. *La Myxomatose, Nouvelle maladie des lapins*. Paris: Flammarion.

ROGERS *et al.* 1994. “The Rabbit in continental Europe”. In: H.V. Thompson & C. King (dirs.). *The European Rabbit. The History and Biology of a Successful Colonizer*. Oxford: Oxford University Press.

ROSE, Deborah. 2005. “An Indigenous Philosophical Ecology: Situating the Human”. *The Australian Journal of Anthropology*, 16 (3): 294-305.

SAUNDERS, G.R.; GENTLE, M.N. & DICKMAN, C.R. 2010. “The Impacts and Management of Foxes *Vulpes Vulpes* in Australia”. *Mammal Review*, v. 40, n. 3:181-211.

SHEAIL, John. 1971. *Rabbits and their History*. Londres: David & Charles, Newton Abbot.

SOURIAU, E. 2009. *Les différents modes d’existence*. Paris: P.U.F.

THOMPSON, H. 1994. “The Rabbit in Britain”. In: H.V. Thompson & C. King. *The European Rabbit. The History and Biology of a Successful Colonizer*. Oxford: Oxford University Press. pp. 64-107.

TRIGGER, D. 2008. "Indigeneity, ferality, and what 'belongs' in the Australian bush: aboriginal responses to 'introduced' animals and plants in a settler-descendant society". *Journal of Royal Anthropological Institute*, 14:628-646.

VIGOS, E. *et al.* 2007. "Is the wild rabbit (*Oryctolagus cuniculus*) a threatened species in Spain? Sociological constraints in the conservation of the species". *Biodiversity Conservation*, 16:3489-3504.

WORSTER, Donald. 1992. *Under Western Skies: Nature and History in the American West*. Trad. Jean-Pierre Denis. New York: Oxford University Press.



## Resumo

Os homens sempre e por toda parte fizeram alguma coisa sobre ou com a “natureza”. Mas as questões não são as mesmas em todos os lugares e as tomadas de decisões que disso resultam podem seguir vias totalmente divergentes. As introduções ou as reintroduções das espécies se multiplicaram a partir de empreendimentos cujo sucesso nunca foi evidente. Considerando-os de perto, descobrimos que são como misturas entre receitas populares, fórmulas de tecnociências e também surpresas que os seres vivos sempre reservaram. Neste artigo defendemos esta ideia seguindo as trajetórias do coelho europeu (*Oryctolagus cuniculus*) até a Austrália ou Nova-Zelândia. Examinamos os modos como tais trajetórias se cruzaram com outras maneiras de entrar em relação com, de um lado, os não humanos e, de outro, com a ecologia aplicada que acabava de ser descoberta no início do século XX. Diversas controvérsias se sucederam a partir de então. Estas podem ser descritas como crises ou momentos a serem esquecidos. Para nós, elas aparecem antes de tudo como maneiras de desvendar os grandes trabalhos de ordenamento. Não há nenhuma categoria clara nessas histórias, nenhum equilíbrio. Somente seres vivos que se cruzam, se transformam, se sobrepõem, se evitam.

**Palavras-chave:** controvérsias, coelho europeu, reintrodução, modalidades de existência.

## Abstract

Humans have always and everywhere made or done something on or with “nature”. But the questions aren’t the same everywhere and consequently the resulting decision-making process may follow entirely divergent paths. The undertakings of introduced or re-introduced species have multiplied though their success has never been guaranteed. Examining these undertakings closely, we discover that they are as much combinations of people’s recipes, techno-science formulas as well as those surprises that living beings have always been full of. In this paper, we support this idea by following trajectories of the European rabbit (*Oryctolagus cuniculus*) towards Australia or New-Zealand. We study the many ways these have crossed other ways of starting a relationship with non-humans on the one hand, and applied ecology on the other hand, which had just been discovered at the beginning of the 20<sup>th</sup> century. Several controversies have followed one after another since then. These can be described as crises or moments to blot out. For us, these controversies essentially represent ways of revealing a reestablishment of order. There are no clear categories and no obvious balance in these case histories. Only living beings which meet, transform, overlap and shirk each other.

**Keywords:** controversies, European rabbit, reintroduction, modality of lifestyle.